



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0942/07	DATA: 27/6/2007
INÍCIO: 15h09min	TÉRMINO: 16h14min	DURAÇÃO: 01h06min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h06min	PÁGINAS: 26	QUARTOS: 13

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apresentação de propostas e sugestões para o combate à corrupção a serem encaminhadas à Presidência da Câmara.
--

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 10ª reunião deste Conselho.

Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Eu peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os que forem favoráveis à dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os que forem favoráveis à ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Comunicações recebidas.

A Secretaria-Geral da Mesa encaminhou a designação do Deputado Fernando Melo, do PT do Acre, para ocupar a vaga decorrente da renúncia da Deputada Iriny Lopes.

Comunicamos também que, hoje, o Presidente do Partido Trabalhista Cristão, PTC, protocolou Representação contra o Deputado Mário de Oliveira, pelos fatos divulgados pela imprensa, nos últimos dias, envolvendo o Deputado Carlos Willian. A Representação será encaminhada ao Presidente da Câmara, para numeração e publicação ainda hoje, e, tão logo retorne, instauraremos o processo e designaremos o Relator. Assim sendo, o Deputado representado deverá ser notificado para apresentação da sua defesa prévia em 5 sessões.

Comunicamos ainda que a audiência pública proposta pelo Deputado Paulo Piau será realizada na segunda semana de agosto, quando do retorno dos nossos trabalhos. Nessa audiência, serão discutidas as estratégias para difusão na sociedade dos princípios, conceitos e comportamentos sobre ética. E para enriquecer ainda os nossos debates, estamos convidando representantes de vários setores da sociedade brasileira.

Deputado Paulo Piau.



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, só para me manifestar com relação à importância desse evento.

Esta Casa tem de assumir a liderança dessa discussão da ética, do combate à corrupção. É inadmissível que a sociedade civil comece a fazer um trabalho avolumado — ele começa a ser avolumado —, e a Casa, evidentemente, fique à margem desse processo. Claro que não fica à margem — alguns movimentos existem aqui —, mas nós temos de acelerar o passo.

O seminário que V.Exa. propõe, para o segundo semestre, setembro ou outubro, vai discutir, nacionalmente, ética também, mas sobretudo combate à corrupção — eu diria, no momento ampliado.

Nesse caso específico, nós estamos envolvendo o CEFOR, que é como se fosse a escola do Legislativo nacional, que tem como responsabilidade desenvolver seminários, desenvolver cursos, desenvolver material didático.

Nós estamos querendo que a ética seja um assunto tratado pelo CEFOR. Até hoje não foi. O CEFOR tem tratado de pós-graduação, tem tratado do treinamento dos funcionários da Casa, mas, a exemplo de Minas Gerais, onde nós temos a nossa escola do Legislativo, que entrou também nessa área, acho perfeitamente pertinente que o CEFOR, como órgão técnico da Casa, comece a desenvolver estudos nessa direção. O CEFOR seria quase que um catalisador da sociedade civil organizada, que já está trabalhando com isso. Nós vemos iniciativas na Igreja Católica, vemos iniciativas em outras religiões, vemos iniciativas no Lyons, no Rotary, na maçonaria. Esta semana, recebi uma correspondência da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, e sabemos que a Confederação Nacional da Indústria também tem um trabalho de combate à corrupção, pelo prejuízo que ela causa; pela ética e contra a corrupção. Então, vejam que as iniciativas estão se avolumando, porque isso é uma preocupação de todos os brasileiros hoje.

Eu queria muito justificar a realização dessa audiência pública, que seria quase que uma preparação também para o nosso seminário, que tem uma amplitude muito maior. Esta tem um foco, eu diria, sistêmico, de interagir com a sociedade, e o seminário tem o objetivo de discutir realmente como combater a corrupção e disseminar a ética.



Então, é mais para esclarecermos sobre esse requerimento. E gostaríamos de contar com a presença de todos os membros do Conselho de Ética no dia 9 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu tenho certeza do sucesso desse empreendimento de V.Exa.

Srs. Deputados, Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para discussão da seguinte Ordem do Dia: apresentação de propostas e sugestões para o combate à corrupção, a serem encaminhadas à Presidência da Câmara.

Cópia do material apresentado foi encaminhada ao gabinete de V.Exas., com o objetivo de subsidiar a apresentação de sugestões. E solicitei à Consultoria Legislativa da Casa a análise do material apresentado e a elaboração de proposições legislativas que contemplem as sugestões do Ministério Público do Paraná.

Semana passada, nós recebemos a visita de procuradores e do Procurador-Geral de Justiça do Paraná. Eles nos entregaram algumas sugestões, que eu encaminhei a V.Exas. Então, eu gostaria que analisassem essas propostas. Achei muito interessantes. Nós deveríamos aproveitar. Na realidade, nós do Conselho de Ética passamos 2 anos julgando, trabalhando intensamente, e não vamos ficar parados, porque o papel nosso não é só julgar, é colaborar com a Mesa da Câmara, com a própria Câmara, com o próprio Congresso, para achar soluções para evitar essa corrupção que hoje nós estamos encontrando em todos os setores da sociedade.

O Deputado Paulo Piau falou uma coisa muito importante. É assustador o que está acontecendo hoje em todo o território nacional, no Legislativo, no Executivo, no Judiciário, em todos os setores da atividade. Chega a hora de uma reação, e aqui na Câmara cabe ao Conselho de Ética essa reação. Vamos trabalhar nesse sentido.

As primeiras sugestões que nós recebemos eu já vou encaminhar a V.Exas., que é para proibir a apresentação de emendas de bancada. E nós estamos analisando, inclusive esta Presidência já solicitou à Mesa da Câmara todas as emendas de bancada do Congresso Nacional nesses últimos 4 anos, para análise de todos os Estados. O que aconteceu com essas emendas? Quais foram os



valores? Quais foram as empreiteiras que ganharam essas obras? Tudo isso precisa ser analisado, porque realmente isso é um foco de corrupção existente hoje no Congresso Nacional.

Além desse levantamento que nós estamos fazendo, nós vamos fazer uma análise, nós do Conselho de Ética, do funcionamento da Comissão de Orçamento. Por que todos os anos se aprova às pressas o Orçamento, em torno das 4 horas da manhã, 5 horas, 3 horas, quando todos já estão cansados e alguns já foram embora para casa? Vamos analisar isso friamente. Por que está acontecendo isso e quais foram as emendas que foram aprovadas na madrugada? A uma série de coisas precisamos sugerir modificações, principalmente na Comissão de Orçamento, dentro do Congresso Nacional.

Alguns dos Srs. Deputados já me apresentaram sugestões, e eu espero até amanhã nomear 1 Relator e 1 Sub-Relator para os 2 objetivos nossos, que deverão ser esse de sugestão à Mesa e o da reforma do nosso Regulamento e do Código de Ética.

A reforma do Código de Ética e do nosso Regulamento praticamente está pronta. Eu vou só ouvir algumas sugestões, porque foi coordenada pelo Deputado Nelson Trad, que não faz mais parte do Conselho. Ele fez um trabalho muito bonito, que eu já encaminhei a todos os senhores. É um trabalho que vale a pena analisar.

Eu estava comentando com os Srs. Deputados há pouco que nós passamos 2 anos difíceis. Nós tivemos os mensaleiros, os sanguessugas, outros processos, quase 100 processos. Imaginem os senhores 100 processos para 15 membros! No fim, os suplentes também participaram como Relatores. Nós sentimos as dificuldades. A grande dificuldade é o convite aos Representados e o convite às testemunhas. Eles têm de ser convocados e não convidados. Nós convidamos cerca de 200 pessoas, entre testemunhas e Representados. Apenas 70 compareceram, pois não são obrigados a vir. Além do mais, há o problema de prazo. Os nossos prazos dependem do plenário: sempre são 5 sessões do plenário, e com isso nós não podemos trabalhar no recesso. Então, processos importantes nós parávamos no meio e continuávamos depois do recesso. Os prazos têm de ser de 5 dias úteis corridos. Isso é importante. E também, havendo necessidade, nós trabalharíamos no recesso parlamentar.



Então, há diversas sugestões de Parlamentares. Eu estou encaminhando aos senhores. E eu gostaria de discutir com os senhores hoje essas 2 propostas: a de reforma do Regulamento do Conselho de Ética. Graças a Deus, nós temos uma imagem boa, diferentemente do Senado. O Senado nem regulamento tem, quer dizer, suplente sendo Presidente do Conselho de Ética, suplente sendo Relator, o que aqui não pode. E outra coisa, Relator não pode ser do mesmo partido do Parlamentar. Lá, puseram um Relator do mesmo partido do Representado.

Então isso tudo nós precisamos mostrar para a opinião pública, que o nosso trabalho é um trabalho organizado e que o nosso objetivo é fazer justiça, porque aqui não é um tribunal de exceção.

Então nós vamos fazer essa modificação, vamos continuar o nosso trabalho, e, já na semana que vem... Só para os senhores terem uma idéia, eu amanhã mesmo estou notificando o Deputado Mário de Oliveira. Vamos dar os prazos de 5 sessões para ele fazer a defesa prévia. E na próxima, na outra semana — não sei se vai dar tempo ainda —, nós vamos fazer já a primeira reunião. Vocês vêem que nós vamos ter que parar o processo no recesso parlamentar, mas nós vamos ter ainda pelo menos 2 sessões analisando esse processo. Os senhores poderão sugerir testemunhas, o Representado vai também apresentar 5 testemunhas, como o outro Deputado, Carlos Willian, também poderá apresentar algumas testemunhas.

Então nós vamos analisar tudo isso e, paralelamente a esse trabalho, vamos fazer esse trabalho de reformulação do Conselho e de sugestões à Mesa da Câmara.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Primeiro, cumprimentar as iniciativas que V.Exa. está tomando. Nós temos que dar uma resposta imediatamente para a sociedade. Essa proposta de nós fazermos essas alterações tem que ser feita, e com urgência. Espero que V.Exa. nomeie esse Relator o mais rápido possível, e, num prazo máximo também, de 1 semana ou 10 dias, nós já temos que estar votando isso, antes do recesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Isso.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - É importante ficar claro isso, porque, após o recesso, Sr. Presidente, nós teríamos que concentrar o nosso trabalho nesse



encontro que o senhor quer fazer em setembro — eu não sei o nome, se vai ser simpósio, ou encontro, ou congresso, enfim —, e aí nós teríamos que nos concentrar nessas sugestões.

Estou vendo aqui a do Ministério Público do Paraná, em relação às propostas. E aí fica uma pergunta. Dessas propostas, que nós vamos receber certamente do País inteiro... Porque eu também estou fazendo o mesmo trabalho lá no meu Estado. Já me reuni com a OAB, com a Maçonaria, com o Rotary, com o Lions, e agora só está faltando o Ministério Público. Logicamente, todos eles vão mandar propostas. Isso seriam projetos do Conselho para ir à votação, ou os Deputados assinariam individualmente isso? Qual que é a idéia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não. Nós vamos fazer um projeto do Conselho.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Todos nós vamos assinar.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sai um documento único do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu já conversei com o Presidente. Eu encaminharia a ele, e ele daria prioridade na votação de plenário. Alguns são projetos legislativos, quer dizer, mais fácil. Outros, nós podemos fazer uma reformulação no próprio Regulamento. E outros são projetos de lei. E alguns só têm emendas constitucionais. Tudo isso nós vamos ter que analisar. Esse coordenador... Nós vamos ter um coordenador para a reforma do Regulamento e um coordenador para sugestões à Mesa. Certo?

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - São Relatores, vamos dizer assim. E com isso nós vamos encaminhar e ficar forçando a Mesa. Vamos colocar que é proposta do Conselho, de todos os Parlamentares que participam do Conselho.

Deputado Camarinha.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Já concluí.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Sr. Presidente, também gostaria de cumprimentar as iniciativas de V.Exa., respondendo aí ao clamor das



ruas, respondendo aí à esperança da população aqui no Congresso, aqui na Comissão de Ética.

Eu li aqui atentamente e aprovei. Achei a iniciativa do Ministério Público do Estado do Paraná excelente, e que vai ser objeto de discussão, de análise. E eu acredito que, em boa parte, ela terá utilidade para esta Casa.

Agora, eu gostaria que o Conselho de Ética enviasse ao Procurador do Paraná que subscreve e mais os seus colegas que fizeram esse trabalho de alteração de algumas leis do Código Penal e do Código de Processo Penal, de matéria criminal, onde está embutido aqui nessas sugestões os Procuradores, os Promotores e os Juízes que cometem delito. Hoje, segundo a Lei Orgânica da Magistratura e do Ministério Público, os Juízes, os Desembargadores, os Ministros que cometerem algum ilícito, o máximo que eles têm são aposentadoria, como é o caso do Medina. E lá em São Paulo um Procurador assassinou à bala, a tiro, na Riviera, um rapaz de 20 anos. Ele foi reconduzido ao Ministério Público, recebeu 200 mil de indenização e está recebendo 12 mil de salário.

Então eu sugiro aqui que ele embutisse nessas sugestões os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Quando eles fizerem algum delito de corrupção, de crime, qual é a pena? Porque o que deixa estupefata a Nação é a aposentadoria. Nós temos aí casos em São Paulo, no Paraná, no Rio de Janeiro em que o meliante, o criminoso com toga, a pena máxima dele, a pena mínima e máxima, é ele ir para casa de pijama e ganhar 24 mil reais.

Então, eu só aceito — opinião pessoal —, eu só aceito discutir um projeto desse aqui, ou sugestões disso aqui, quando estiverem embutidas as togas e os Procuradores, porque nós não podemos ficar linchando Prefeitos de pequenas cidades, Secretários, que forem linchados, execrados, e depois alguns segmentos do tecido social, de um dos pilares da democracia, que é o Judiciário e o Ministério Público, quando eles cometem algum deslize, algum crime, eles são afagados, eles são “penalizados” com aposentadoria de 24 mil.

Então encerro dizendo que a Comissão de Ética, pode ser em meu nome, está pedindo ao douto Procurador do Ministério Público, ao nobre Procurador, o que ele diz sobre quando um Procurador vende informação para os maquiadores do Rio de Janeiro. Quando um Juiz dá uma liminar criminosa, o que acontece penalmente



com ele? Será que ele vai para o Pleno do Tribunal de Justiça, e depois eles que decidem?

Então eu sugiro a V.Exa. — se alguém mais quiser discutir... —, acho de relevante interesse que outras instituições também colaborem, dêem o exemplo, e não só esta Casa e o Executivo fiquem sendo a Joana D'Arc disso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Isso inclusive é uma sugestão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Eu gostaria até de formular por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Seria interessante, viu, Deputado. Nós que vamos fazer esse trabalho. Esses projetos nós é que vamos apresentar. Gostei muito da sugestão.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Eu gostaria, Sr. Presidente, de subscrever essa ação, essa atitude aí do nobre Deputado Camarinha, que estréia com muita briosidade, muita competência e muito espírito público o seu primeiro mandato aqui na Câmara Federal. Eu gostaria de subscrever. E tivemos um caso no Estado do Pará onde uma Desembargadora de nome Ana Sereni Murrieta — viu, Presidente? —, ela se apropriou de depósitos recursais da ordem de 20 milhões de reais, gastou todo o dinheiro e, quando foi denunciada, imediatamente foi aposentada. E recentemente teve relaxada a sua prisão preventiva. Mas está aposentada e ganhando nessa ordem de 24 ou 25 mil reais por mês, e nada mais aconteceu.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Só para encerrar a minha intervenção, Presidente. No Rio de Janeiro também, e, digo aqui, com famílias de Procuradores, famílias de tradição no Tribunal de Justiça de São Paulo. Uma Juíza do Rio de Janeiro, ela coincidentemente, Deputados, ela ganhou 14 vezes na loteria, e ela é uma pessoa de tanta sorte que ela continua exercendo a função de Juíza no Rio de Janeiro. Agora, se fosse um Deputado aqui que tivesse ganho 14 vezes na loteria, ela já estava afastado e era matéria de abertura do *Jornal Nacional*. Então a gente tem que ver com carinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Inclusive, Deputados, até amanhã eu terei já o Relator da matéria do Deputado Mário de Oliveira e os 2



coordenadores, um para a reforma do nosso Regulamento e outro para coordenar as sugestões dos Srs. Deputados, para encaminhar à Mesa.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Eu colaboro, Presidente, mas eu prefiro que uma pessoa mais da área jurídica... Eu colaboro com sugestões e trarei aqui uma coletânea de dados de abuso do MP, do Poder Judiciário. Eles costumam dizer que o STF não condenou nenhum Deputado. A gente gostaria de ver no Conselho quem que eles condenaram da Justiça também, só para colocar o assunto em discussão, em debate, para clarear as idéias, para ver que esta Casa aqui, ela é muito penalizada pela mídia, os Srs. Deputados são muito penalizados. E gostaria que a mídia fosse ver em que horário que eles trabalham, em que horário que eles entram, a quem que eles prestam contas, o gabinete deles como é composto. O nosso fica exposto aqui na Internet.

Eu gostaria que, dentro da ética que o Deputado de Minas sugeriu, que a OAB, que a Maçonaria ou outros colocassem que o gabinete dos membros do Tribunal de Justiça e do STJ... ficasse exposto na Internet o nome deles que compõem o gabinete nos cargos de confiança, para ver se tem alguma namorada, filha, irmã, filho, cunhado, genro, tudo isso para colaborar com a ética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, parece que nós estamos discutindo ainda as medidas anticorrupção, não entramos ainda na discussão das alterações no... Não é isso mesmo? Então eu vou aguardar. Estou me inscrevendo para discutir as alterações que devemos fazer e as sugestões que foram apresentadas.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, vejo com muita satisfação as manifestações anteriores e esse propósito do Conselho de Ética. Acho isso extremamente positivo. A preocupação se funda exatamente porque, por exemplo, essas sugestões feitas pelo Ministério Público do Estado do Paraná, na pessoa do Dr. Milton Riquelme, elas são feitas... obviamente sugestões de modificações legislativas, inclusive de projetos de lei que estão em tramitação nesta Casa. Então



que fique bem claro para todos nós aqui do Conselho que nós estamos ouvindo as sugestões, obviamente para compilar essas sugestões em algum outro documento, em alguma outra proposta, mas lembrando sempre — eu sei, porque eu participo também da Comissão também de Constituição e Justiça — que muitas dessas propostas estão em tramitação nesta Casa. Para que não haja conflito. O que nós estamos fazendo aqui são sugestões. Isso foi o que o Presidente já manifestou e o Conselho de Ética tem, que poderia se aprofundar, poderia fazer a divulgação.

Repito: também existe na Casa uma Subcomissão da Comissão de Constituição e Justiça que discute a questão da modificação do Código Penal e do Código de Processo Penal. Já existe também na Comissão de Constituição e Justiça tramitando e discutindo, para que não haja, obviamente, esforço despendido ou às vezes conflito de informações na Casa.

Eu acho que toda discussão é extremamente válida. O Conselho tem condições de fazer isso. Eu acho que é o papel inclusive aprofundar um pouco mais sobre o debate da questão ética efetivamente, o que vem a ser a ética nos dias atuais, que não seja a ética do emotivismo, a ética que conduz apenas a emoção, o impulso, mas a ética da razão, a ética que compõe a moral, que compõe o costume. Vamos debater, sim, temas que são efetivos, que são medidas efetivas, mas sempre com este cuidado, e procurar avaliar, procurar ter esse equilíbrio de ver o que já está em andamento na Casa e colher isso, fazer essas sugestões.

Vejo que a maior parte desses documentos, dessas manifestações trazidas pelo Ministério Público, já foram objeto de informação também na CCJ, assim como também uma oportunidade em que foi ouvido o Presidente da OAB federal também sobre a matéria do enriquecimento ou do aprimoramento das matérias Processo Penal e Penal.

Então é só, a título de contribuição. Imagino que nós possamos avançar muito na questão local do Conselho de Ética, que é tão importante quanto qualquer outra matéria que seja debatida em concreto. Eu acho que nós poderíamos e deveríamos nos aprofundar aqui no tema específico — inobstante a discussão paralela — da questão ética, da questão comportamental, que eu acho que é o que a sociedade também espera do nosso Conselho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Na realidade, esse é o objetivo nosso, Deputado, são as sugestões. O Conselho de Ética, ele não poderia ficar omissos a isso. Nós só estávamos julgando. Eu me lembro muito bem, há 2 anos atrás, eu conversando com os membros do Conselho, como hoje eu estou conversando, dizia que nós não tínhamos nenhum processo aqui, então chegou a hora de fazermos um grande simpósio sobre ética na política. E não deu tempo. Aí vieram os mensaleiros, sanguessugas e outros processos, e não fizemos esse simpósio, não havia nem tempo. Agora, depois da sugestão do Deputado Paulo Piau de em seguida, em setembro ou outubro, fazermos um grande simpósio, vai ser muito importante convocar toda a sociedade brasileira. Agora, essas modificações são sugestões do Conselho de Ética, independentemente, é lógico, da nossa reforma do nosso Regimento e do Código de Ética.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Só para complementar, a despeito até do que o Deputado Camarinha manifestou, eu sou Relator de um processo na CCJ, que é inclusive de autoria do Deputado Paulo Maluf, que prevê exatamente a criminalização e sanções àqueles agentes públicos — em especial do Ministério Público, ou outros agentes — que propõem as ações de improbidade obviamente sem a decorrência de informações corretas ou no afã de fatos noticiosos, sem buscar a concretude, elementos concretos.

Só a título de informação, isso também tem sido por parte da Casa, em especial da CCJ, motivo de discussão, especificamente neste caso específico da Lei nº 8.429/92, que é a Lei de Improbidade Administrativa, na criminalização e na penalização dos agentes públicos que se utilizam desse instrumento apenas como objeto político ou como manutenção de espaço jornalístico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Um esclarecimento de um Deputado que pouco sabe sobre o Regimento, por ser Deputado de primeiro mandato.

Ora, nós sabemos que a imagem do Congresso não tem mais onde cair. Estamos já no fundo. A minha pergunta é a seguinte: quando das acusações contra o Presidente do Senado, ele o fez como Presidente do Senado ou como Presidente do Congresso? Se foi como Presidente do Congresso, tem a ver também com este



Conselho de Ética, porque ele não pode se despir de ser Presidente do Congresso, do qual nós fazemos parte. Então por que ele não está sendo acusado como Presidente do Congresso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Na realidade, o nosso Conselho de Ética é Conselho de Ética de Deputados, julga Deputados Federais. Ele é Senador, e eles têm um Conselho de Ética, apesar de que o Conselho de Ética próprio deles não tem regulamento.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - E quem julga o Presidente do Congresso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É fantástico isso. Quer dizer, eles não têm regulamento. Quer dizer, nós temos o nosso Regulamento. O Deputado não pode ser Relator de um processo de um outro Deputado do mesmo Estado ou do mesmo partido, o suplente de Deputado não pode ser Relator nem Presidente do Conselho de Ética. Então são coisas que... Aqui nós temos uma regra. Eles não tinham regra alguma. Eles nomearam Presidente... um suplente de Senador para Presidente, um outro suplente para Relator, né? Então realmente foi uma trapalhada que foi feita lá. Agora, de qualquer forma, não cabe a nós julgarmos um Senador, na minha opinião.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Mas e o Presidente do Congresso?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - O Presidente do Congresso, Deputado Ruy Pauletti, é prerrogativa de Senador, então a Casa que o julga é o Senado. O que refere a ele, o regulamento que ele segue, é o regulamento do Senado Federal. Mesmo sendo Presidente do Congresso, da Câmara Mista, não tem previsão — pelo menos que eu conheça — de um regimento do Congresso no que se refere a questões de ética e quebra de decoro.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Mas a população brasileira está culpando o Congresso, Senadores e Deputados. Nós estamos entrando no baile nessa pouca-vergonha que está acontecendo.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - No caso específico, está na Casa azul, ainda não chegou aqui na Casa verde, que responde pelos seus casos.



O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Nós vamos ver na hora da votação, para ver se eles vão fazer essa distinção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Sandes Júnior.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente, o que nós não podemos esquecer na hora oportuna do nosso Regimento é com relação ao poder de convocação. Eu tive o prazer de participar, na Legislatura passada, do Conselho de Ética, e a gente convidava pessoas para vir a este Conselho prestar um simples depoimento. As pessoas não vinham, porque, diferente da CPI...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Inclusive alguns Representados não vieram.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Os Representados não vieram. Diferente das CPIs, o Conselho de Ética não tem o poder de convocar. Isso seria muito importante para o Conselho.

Outra coisa que eu queria debater, na hora oportuna também, para evitar o que acontece nesta Casa, é que, sendo absolvido no Conselho, não tenha necessidade de ir a plenário. Acho que é uma questão polêmica, que nós temos que debater. Porque, acompanhando a história da Câmara — estou na segunda Legislatura —, quantos e quantos passaram por aqui e daqui foram para o plenário. Vamos pegar o exemplo Deputado Sandro Mabel. Ele foi absolvido por unanimidade por este Conselho. Foi a primeira vez na história que alguém foi absolvido por unanimidade. E ele foi a plenário. Então nós vamos lutar junto aos nossos colegas em plenário, porque é lá que a lei é feita para todos nós, para que, sendo absolvido no Conselho, não tenha necessidade de ir ao plenário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu quero deixar claro, já que o exemplo foi o do Deputado Sandro Mabel — alguns Deputados de primeiro mandato podem não ter tomado conhecimento do que aconteceu com o Deputado Sandro Mabel. Na verdade, o Deputado não foi acusado — e foi absolvido exatamente por isso — de nenhum ato ilícito, de corrupção na Operação Sanguessuga... Na verdade foi uma acusação de um membro desta Casa, que



insinuou que o Deputado Sandro Mabel o teria convidado para o partido em troca de alguma remuneração. Isso não ficou provado, e essa foi a razão maior por que o Deputado Sandro Mabel foi absolvido. Então vamos deixar isso claro, porque alguns Deputados aqui de primeiro mandato podem não ter conhecimento do processo do Deputado Sandro Mabel e confundi-lo com outros tipos de processos que correram aqui neste Conselho.

Era isso o que eu queria esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a nobre Deputada Maria Lúcia Cardoso.

Antes de falar a Deputada, quero cumprimentar o Deputado Fernando Melo, que está estreando hoje, indicado pelo Partido dos Trabalhadores.

A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO - Obrigada, Sr. Presidente.

Sras e Srs. Deputados, o que eu trago neste momento é uma sugestão ao anteprojeto que esta na Pauta nº 1 do Conselho de Ética. É uma sugestão de resolução que modifica o Código de Ética e Decoro Parlamentar. Ela diz o seguinte: proponho que o voto desta Comissão, na medida em que os nobres pares foram tomando conhecimento, que esse voto seja um voto aberto, para que, dessa forma, a gente dê uma satisfação à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Essa já tinha sido uma das sugestões deste Conselho. Agora, oficialmente, nós voltamos a entrar em contato com a Mesa.

Só para V.Exas. terem uma idéia, no ano passado, dos 14 processos que foram ao plenário nos quais pedimos a cassação, só 3 foram cassados. Os outros... Se fosse o voto aberto, o resultado seria completamente diferente, com as provas concretas, os Relatores apresentando com detalhes, com minúcias. O voto secreto não traz justiça a esta Casa.

A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO - Não traz justiça?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não traz justiça. O voto secreto. Com o voto aberto os resultados seriam outros, completamente diferentes.

A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO - Se me permite, Sr. Presidente, eu tenho assistido, durante praticamente 3 mandatos nesta Casa... Eu sempre, no começo do ano, eu pedia uma mudança de Comissão. Sempre participei



da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Sempre que a Liderança indicava o meu nome para a Conselho de Ética, não, eu preciso entender um pouco mais essa questão da ética realmente. E venho acompanhando, ao longo desse... todo esse desgaste que a gente vem sofrendo. Nós somos tão poucas mulheres. Não quero dizer que as mulheres sejam sumidades, mas nós somos mães da humanidade, nós somos mães de todos os homens. Quem sabe, a gente propondo neste Conselho o voto aberto, a gente tenha Parlamentares realmente capazes de assumir essa coragem de enfrentar inclusive um colega? Porque é uma situação constrangedora, até por isso eu nunca quis participar desta Comissão de Ética até então.

Mas acho que é hora de a gente realmente tomar uma posição, porque o que nós vivemos lá fora... A sociedade de um modo geral, ela não tem conhecimento do que é esta Casa, do que é o Congresso, não tem a menor noção disto aqui. Nós precisamos realmente, a partir da ética, que deveria estar em todos os momentos presente, em todos os lugares, afinal ela não ocupa nenhum lugar... Mesmo julgando um companheiro, nós temos que ter a consciência de que nós somos apenas representantes de uma sociedade, que nos confiou um voto para que nós estivéssemos aqui.

Portanto eu faço essa sugestão, que passo ao Sr. Presidente — já deixei uma cópia — e aos nobres colegas Deputados, para que façam uma análise e a gente chegue a um acordo.

É isso, Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado. Eu encaminharei ao coordenador e, posteriormente, a todos os membros do Conselho.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Sr. Presidente, como nós estamos aqui colhendo subsídios, dados, informações... A Casa vai fazer um simpósio. Eu participei de um simpósio, ano passado, promovido pela USP, em Ribeirão Preto. Entre os temas que ali foram discutidos, que foram levantados, uma parte pelo corpo docente, pelo plenário, por estudantes, eles exigiam de nós, homens públicos, e das instituições a máxima transparência em tudo o que é foi feito aqui.



Eu queria colocar aos colegas aqui da Comissão, membros da Comissão, que, coincidentemente, o Governador José Serra, há uns 3 meses atrás, fez um decreto obrigando... Eu dirijo-me ao Deputado Piau, que falou da sociedade civil, que está muito preocupada com a ética. Essa sociedade civil, Piau, exigia maior transparência. Nós fomos para o paredão nesse simpósio, nesse seminário da USP. Quis o destino, Deputado de Minas Gerais, que o Governador José Serra fizesse um decreto, nada mais normal, principalmente em se tratando de uma universidade pública da grife, do naipe da Universidade de São Paulo, a USP. Olhe o que dizia — abre aspas — o decreto, Sr. Presidente Ricardo Izar: que as contas da Universidade de São Paulo fossem colocadas na Internet, fossem colocadas publicamente, para todos terem acesso.

Aqueles mesmos professores, aqueles mesmos estudantes que nos colocaram debaixo de tiroteio nesse seminário fizeram uma greve por causa dessa iniciativa. Então é bom discutir que a sociedade civil tem que dar opinião e exemplo. Ela tem que opinar, igual o Ministério Público está dando. Está escrito na Muralha da China que os jovens não precisam só de conselhos, precisam de exemplo. Então aqui, esses que vão colaborar, precisam dar um pouquinho de exemplo. A Universidade de São Paulo queria que nós, Deputados, chegássemos aqui e falássemos quanto gastamos de gasolina, o litro, e com os funcionários. Depois o Governador José Serra pediu para eles divulgarem a conta da universidade, e eles entraram em greve. Estou colocando isso aqui para servir de elemento para nós discutirmos e aprofundarmos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Eu queria, aproveitando essa deixa do Deputado Camarinha, eu queria cumprimentar, porque eu acho que nós estamos entrando numa rota de uma agenda positiva. Quando vem um processo aqui para julgar, sempre é bomba. Acho que nós estamos tentando prever e tentando antecipar e tentando até prevenir — diz que é melhor prevenir do que remediar.

Mas eu queria deixar aqui a minha posição. É o seguinte: acho que não tem nada anormal no que está acontecendo no País, Sr. Presidente. Não tem nada anormal no que está acontecendo no País. Acho que está tudo dentro da perfeita



previsão, para quem passou 500 anos num regime de ditadura, e estamos agora tentando ver se a nossa democracia emplaca. Vinte e dois anos é um período recorde de democracia, pelo menos de liberdade seguida. Eu acho que o que está acontecendo na sociedade brasileira, para mim, na minha avaliação, está até muito melhor do que poderia estar. Agora, continuar do jeito que está não dá.

Então acho que essa discussão que V.Exa. propõe aqui hoje... estou extremamente feliz. Quando o Deputado Camarinha fala aí do Ministério Público, do Judiciário, da sociedade civil, ele tem toda a razão. Eu acho também que nós devemos aproveitar a oportunidade não apenas para tirar as emendas de bancada, para dar um exemplo, não apenas para fazer o voto aberto, mas nós temos que dar o nosso exemplo também no processo eleitoral, porque a gente ficar defendendo a correção do outro e nós não fazermos a nossa correção... E o processo eleitoral nós sabemos que é a fonte primária, a fonte visível, transparente da corrupção neste País. É verdade. Eu vejo lá na discussão sobre a reforma polícia uma resistência muito grande à mudança. Claro que, se esta Casa é uma Casa pública, os mandatos são privados. Então, todo mundo foi... O Deputado Dagoberto está aqui fazendo uma contestação, mas no fundo é mais ou menos isso, exagerando, Deputado Dagoberto. Os mandatos aqui, eles são privados individualmente, porque a gente vai, corre o risco, vai atrás. E o processo é espúrio, o processo é espúrio, nós sabemos disso.

Essa discussão durante este último mês aqui na Casa foi toda nessa direção. Todas as entrevistas eu acompanhei, todas as declarações. Portanto nós temos que fazer a nossa parte também. Porque não adianta, Deputado Camarinha, a gente cobrar da sociedade civil se a gente continuar incorrendo no erro, se a gente continuar usando os caixas 2 da vida nos processos eleitorais — nós sabemos muito bem como é que a coisa funciona. Então nós temos que fazer a nossa parte também.

E eu incluo mais uma coisa. O Brasil é o único país, aliás, talvez o único dos países mais desenvolvidos em que o empresário também sonega, paga multa e está tudo certo, e ainda negocia essa multa, redivide essa multa por sonegação. Aí vem o empresário e fala assim: *"Mas a carga tributária é alta e por isso tem que sonegar."*



Então veja que a sociedade toda, toda está podre, não é só o Poder Público. Poder Público e sociedade civil estamos podres. Então eu acho que o momento é muito importante para a gente tomar isso como uma realidade, né? Nós não falamos da qualidade das pessoas individualmente, é um processo, é um sistema, é um comportamento, é uma cultura que está-se criando neste País, e acho que temos que dar um basta nela agora, se a gente quiser se organizar. Estamos crescendo pouco não é por outro motivo. E vamos criando as burocracias.

Eu estive hoje no Banco do Brasil, levando alguém que deve um contrato lá de financiamento agrícola. E o Banco simplesmente dizia o seguinte: *"Olha, eu não posso fazer nada, porque eu estou engessado"*. Veja, um dirigente de um Banco não pode fazer nada, não tem margem nenhuma de manobra, porque está engessado. Aí ele falou assim: *"Mas o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público estão com a navalha no meu pescoço."* Ele fez uma brincadeira, né? E é verdade. Aí vai-se criando regra, burocracia, e o País está ficando engessado.

Então eu concordo que nós temos que fazer esse trato, visando ao Legislativo sim, visando ao Executivo, visando ao Judiciário, ao Ministério Público, mas visando também à sociedade.

Então que essa discussão do seminário de setembro, que eu acho que vai ser uma discussão extremamente importante, quem sabe o início da retomada dessa discussão a nível de país, eu acho que vai ser muito importante.

Como a Maria Lúcia Cardoso falou do voto aberto, eu quero fazer outra sugestão: que a assessoria da Comissão de Ética pudesse levantar todos os projetos de lei que estão na direção de combater a corrupção. Quer dizer, tem muitas leis aqui na Casa tramitando, e estão paradas, nós sabemos que elas não vão ser colocadas na Ordem do Dia, porque isso tem que ter uma pressão grande, porque tem as prioridades.

Eu vou citar um exemplo de um projeto meu que tramita, Sr. Presidente. Eu estava num determinado Município, aí numa roda a conversa era assim: *"O Presidente da Câmara aqui desta cidade"* — e eu não vou citar o nome da cidade — *"é o maior bandido que tem nesta cidade."* Aquilo dói. Então eu estou fazendo um projeto aqui dum rito especial, pedindo um rito especial. Porque, se ele for bandido, ele tem que desaparecer — como diz o ditado — do cargo. Se ele for bandido ele tem



que desapear do cargo, ele não merece ser Presidente da Câmara de um Município, não merece ser nada, agente público nenhum. Agora, se ele for inocente, que a população pare de condená-lo, quem sabe até injustamente.

Então eu acho que com projetos dessa natureza, e são vários por aí, de várias iniciativas, eu acho também que caminhamos nessa direção de combater a corrupção e, evidentemente, de ter um pouco mais de ética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, Deputados, eu queria dar a minha manifestação sobre o tema.

Eu penso assim que a corrupção, ela é muito mais uma situação de causa e efeito. Eu algumas vezes já fiz comparação assim: você numa rua coloca uma caixinha de dinheiro, uma caixinha de sapato com dinheiro, deixa lá dentro, e as pessoas vão passar. Um vai olhar, outro vai olhar. Nalgum momento alguém vai pegar aquela caixinha e vai levar embora. Então, a forma de alguém não levar essa caixinha embora é ela não estar lá. Se a caixinha do dinheiro não estiver lá, ninguém vai levá-la embora. Então é uma relação de causa e efeito. E no Brasil a causa é o tamanho do Estado, o tamanho dos impostos. Quanto menor o tamanho do Estado, quanto o País for mais enxuto, com estruturas menores — vocês podem olhar pelo mundo fora —, menos corrupção. Vai ter corrupção, sempre vai ter, mas o nível dela cai absurdamente.

Por exemplo, certamente teve corrupção com o problema do Correio, da INFRAERO, da PETROBRAS, não sei o quê. Agora, eu pergunto: houve uma corrupção de um ente do Estado com uma das empresas que ontem eram estatais e que hoje não são mais? Não. Pode ter um problema administrativo interno, um diretor, um desvio, mas quem paga isso é o cliente, é a empresa, é o acionista, mas nunca o contribuinte. Então essa é a relação.

Nós vamos cansar de fazer leis anticorrupção, nós vamos tentar melhorar o sistema, mas dificilmente nós vamos conseguir. Por quê? O efeito é a corrupção, e a causa é o tamanho do nosso engessamento do Estado. Então nós temos que trabalhar para reduzir o tamanho do Estado e reduzir o tamanho dos impostos. Grandes quantidades de impostos ensejam a corrupção, não é? E daí aquilo que for



o menor possível, quando estivermos no nível mínimo possível — lógico, mantendo sempre aquilo que é essencial... Mas para quê? Não teria corrupção no Correio se não tivesse o Correio, e hoje, sabidamente, o Estado não precisa mais do Correio. O Correio nasceu porque o Estado precisava entregar carta para alguém e não tinha quem entregasse. Mas hoje nós temos tantas outras empresas iguais, e assim por diante. Então, o dia em que chegarmos num nível mínimo e aí tivermos algum regulamento para isso, nós conseguimos.

E aqui dentro da Casa eu acho, no meu entender, que a gente tem que acabar com emendas parlamentares. Um orçamento impositivo, baseado numa LDO de médio e longo prazo, isso por si só... Então, fazer leis para acabar? Nós não precisamos fazer leis. Se acabar a situação de emendas, há muitas leis que você nem precisaria mais fazer, porque dão efeito dessa corrupção. Então acho que esse é o diagnóstico que nós temos que fazer. Nós temos uma doença que é muito séria, que é a corrupção, mas nós temos que identificar a doença e resolver o problema da nossa doença que causa essa corrupção.

O voto secreto, acho que entre Parlamentares ele tem que ser aberto. Eu defendo o voto aberto de um problema entre Parlamentares, embora defenda a universalização do voto secreto, porque isso foi uma conquista da humanidade. Como é que se vai votar contra o veto de um Prefeito? E o que for decidido aqui na Câmara Federal vai refletir para as Assembléias Legislativas e para os Vereadores. Numa Câmara de 9 Vereadores, o Prefeito vai saber de dedo quem é que vetou e quem foi contra. Então não pode acabar com o voto secreto em algumas áreas imprescindíveis. Isso foi uma conquista da democracia e da humanidade. Agora, se tem um problema dentro de um clube, dentro de uma assembléia, dentro de uma entidade, dentro de um instituto, como é a Câmara, sim, este tem que ser o voto aberto.

Agora, volto a dizer, nós vamos cansar de fazer leis para buscar o efeito, que é a corrupção, e nós não vamos resolver se não batermos na causa, que é redução de impostos, redução do tamanho do Estado, onde existem negociatas no meio, com o gigantismo dele, com 39 Ministérios hoje... E aí começa aqui dentro da própria Câmara o benefício. E aí, o seguinte, 50, 60% dos Deputados estão na base



do Governo. Quer dizer, este é um dos diagnósticos da corrupção. A causa é a corrupção.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Estão inscritos ainda o Deputado Dagoberto e o Deputado José Carlos Araújo.

Com a palavra o Deputado Dagoberto.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, a minha é muito mais uma indagação. Eu me preocupei muito com o relatório da nossa nobre colega Maria Lúcia. Aqui, no Conselho de Ética, faço 2 perguntas: o voto, para efeito de cassação, é aberto ou é fechado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Voto aberto.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Isso já está escrito? Isso só ocorre, portanto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - No plenário.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Lá no plenário. Lá no plenário, nós teríamos de modificar, então, o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, a Constituição.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - A Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Emenda constitucional, que já foi votada uma vez. Já votamos uma, teria agora o segundo turno. Mas não vejo...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Só para uma questão de ordem aqui, Deputado Dagoberto. Isso já foi tentado pautar pelo menos em 3 oportunidades. Eu sou do Colégio de Líderes. Isso foi para a pauta uma vez, foi para a pauta uma segunda vez, teve objeto de manifestação no plenário, já de Deputados — eu inclusive fiz a manifestação. Não vejo nenhuma dificuldade em pautar, até porque já tinha regime de urgência.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Mas essa emenda já está em tramitação na Casa?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Já está para ser votada. Não tem mais nada. Nada mais impede.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Já foi votada em primeiro turno.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Mas há uma resistência. Há um grupo que tem resistência.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Aí eu pergunto, Sr. Presidente: já não tinha que ser já um dos primeiros atos nossos, já para poder fazer votar? Essa questão também de levantar essas leis, todas elas já propostas, em tramitação, a gente pode pedir prioridade nisso? E inclusive colocaria essa PEC também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos ganhar tempo inclusive.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Acho que isso é muito importante, até porque, se eles estão querendo que... A própria Presidência da Casa me falou, como o senhor já tinha me falado, que pediu para que fossem tomadas essas providências também. Quer dizer, nós vamos ao encontro do que hoje a Casa quer. Então é muito importante nós fazermos esse levantamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa. sabe o quanto é difícil tudo aqui. O Deputado Hugo Leal acabou de falar uma coisa impressionante. Na Legislatura passada, nós votamos aqui, aprovamos o voto aberto. Precisava votar em segundo turno. Já se passaram 6 meses: coloca na pauta, tira, coloca na pauta... Nem todos os Líderes querem. Isso é muito difícil, mas vamos lutar.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Bom, e depois, completando o que o Deputado Alfredo falou, e eu conheço muito, porque tem empresa lá no meu Estado... Mas Alfredo, eu só quero te contrariar de uma coisa: nós temos que fazer a nossa parte. Eu sei que tem a parte da sociedade. Isso envolve educação, cultura... Mas, se nós não podemos resolver no todo, pelo menos a nossa parte, que envolve legislação de uma forma geral, que envolve aqui os procedimentos nossos, nós temos que fazer a nossa parte. Não dá para esperar que a sociedade faça a dela, para depois nós fazermos a nossa. Nós temos que fazer aqui a nossa parte. É a história do beija-flor lá.

E por último, Sr. Presidente, eu só queria registrar que nós estamos recebendo hoje o nobre companheiro... ele é do PT, não é do meu partido, que é o Fernando. Mas eu já tenho a satisfação, apesar de eu estar no primeiro mandato, e



ele também, de conhecê-lo há muito tempo. O Fernando, ou eu estou seguindo ele ou ele me segue, porque nós fomos Presidentes do DETRAN juntos. Ele também foi. Aí eu saí para disputar para Deputado Estadual, e me elegi, e ele também saiu, e se elegeu. Depois eu fui convidado para Secretário de Segurança Pública. Quando eu vou no primeiro encontro lá de Secretários de Segurança Pública, ele está lá como Secretário de Segurança Pública. Eu saí para disputar a Capital do meu Estado, ele saiu também para disputar a Capital do Estado dele. Depois, eu volto ao encontro de Secretários de Agricultura e encontro com o Fernando como Secretário. Agora, vim para a Câmara como Deputado Federal, e ele como Deputado Federal. Eu estou no Conselho, e ele vem para o Conselho. Eu não sei o que nós vamos fazer, eu e o Fernando. Nós vamos ter de andar junto mesmo, Fernando, para o resto da vida. Eu queria fazer este registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós não poderíamos deixar aqui de consignar a palavra, o voto, o trabalho do ex-Conselheiro Nelson Trad na consolidação das sugestões que foram apresentadas. Foi um trabalho brilhante feito pelo Nelson Trad. Pena que ele não tivesse continuado neste Conselho para dar segmento a esse trabalho.

Sr. Presidente, fiz algumas sugestões. Acho que 80% das sugestões que eu fiz para o Conselho, o Conselheiro Nelson Trad acolheu. Inclusive uma — é sobre isso que quero falar — que fala, no art. 7º, “*o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, órgão da Câmara dos Deputados*”. Ele acolheu tudo o que eu falo, mas tirou isto: “*órgão da Câmara dos Deputados*”. E aí ele diz uma coisa interessante: “*que é órgão da estrutura da Casa parece indubitável. Tecnicamente, a providência deverá ser objeto de projeto de resolução específico, para alterar o Título II do Regimento Interno*”.

O que acontece, Sr. Presidente, exatamente, é que este Deputado que vos fala tem um projeto de resolução, desde 2003, tramitando nesta Casa que trata exatamente disso, incluindo o Conselho de Ética como órgão desta Casa, porque o Conselho de Ética, hoje, senhores, é um produto híbrido — é um produto híbrido.



Existe formalmente, está aqui, mas não está como órgão da Casa. Ele é o que, Sr. Presidente? O que o Conselho de Ética é? É que órgão, de onde, por quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É um órgão ligado à Mesa da Câmara.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É um produto híbrido. Então, não está escrito no Regimento que é um órgão da Casa, como foi a Corregedoria, a Procuradoria. Então, lá atrás, em 2003, eu já sugeria, no Projeto nº 36, de 2003, propor a alteração do Regimento Interno para incluir o Conselho de Ética na estrutura de órgãos desta Casa.

Então, o que eu estou falando aqui, Sr. Presidente, é exatamente pedindo que uma das coisas que o Conselho de Ética pode fazer é pedir à Mesa, ao Colégio de Líderes, que aprovemos esse projeto, que já está em tramitação, que vai ao encontro da sugestão do Conselheiro Nelson Trad, para que a gente possa formalizar e esse órgão seja realmente um órgão da Casa, porque, na prática, ele já é. Agora, formalmente, não é.

E outra coisa, Sr. Presidente, que eu também não incluí nas minhas sugestões, mas como algumas coisas que eu fiz estão contempladas pelo Nelson Trad, é aumentar o número de participantes deste Conselho. E fica muito claro porque eu falo isso. Exatamente pelo acúmulo de trabalho do ano passado, V.Exa. foi obrigado a colocar Deputados aqui com 3, 4 projetos para relatar, porque faltavam Deputados. Estavam ocupados todos os titulares e todos os suplentes, mesmo assim, ficou uma carga muito pesada para os Deputados. Então, eu sugiro que dobremos o número de participantes do Conselho de Ética.

E uma outra coisa, Sr. Presidente. Este é o único órgão não formal desta Casa que tem apenas um rei, um Presidente, que é o senhor. Não tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Precisa ter um Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Todas as Comissões têm 1, 2, 3 Vice-Presidentes. Aqui é o Deputado Ricardo Izar, primeiro e único. E nós queremos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E o pior, Deputado, das 106 reuniões que tivemos, não pude faltar a nenhuma.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É verdade. Então, V.Exa. não pode ficar doente, V.Exa. não pode viajar, V.Exa. não pode deixar de vir, e V.Exa. tem que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Precisa ter um Vice-Presidente. Nessa modificação, nós vamos fazer isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É uma sugestão que faço, está aqui, de ter, pelo menos, um Vice-Presidente. Eu faço essa sugestão no art. 7º, inciso III: *"O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar terá um Presidente e um Vice-Presidente, sempre que possível, pertencente à mesma legenda partidária ou bloco parlamentar"*. Porque já é assim nas outras Comissões. Pode, sempre que possível...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas aqui, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Aqui não precisa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, tiraríamos essa parte. Um Vice-Presidente eleito aqui, sendo vedada a reeleição. Por 2 anos, vedada a reeleição, como já é com o Presidente da Casa e nas Comissões. Isso para que nós possamos acompanhar todos os órgãos desta Casa. O produto híbrido aqui é híbrido de várias maneiras. É híbrido porque não tem Vice-Presidente, é híbrido porque só tem um Presidente e é híbrido porque não é um órgão formal, não consta da estrutura desta Casa. Então, é uma coisa que não dá para explicar. Acredito, inclusive, embora não seja jurista, que era uma coisa que algum Deputado que foi julgado por aqui poderia contestar no Supremo, pela ilegalidade do Conselho de Ética.

Então, Sr. Presidente, queria fazer essas observações. Agradeço a V.Exa. e parabênizo, mais uma vez, o Conselheiro Nelson Trad. Acho que deveríamos fazer um voto de louvor pelo trabalho que foi desenvolvido pelo Conselheiro Nelson Trad.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sem dúvida nenhuma.

O último inscrito é o Deputado Fernando Melo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MELO - Obrigado, Presidente. Pedi a palavra justamente para fazer a minha estréia aqui no Conselho e dizer da satisfação de estar trabalhando com todos os colegas e, principalmente, estar sob a



sua Presidência. Nos momentos mais difíceis, na legislatura passada, o senhor deu o exemplo para o Brasil todo de que ainda existia esperança. Então, eu fico muito satisfeito de estar sendo presidido por V.Exa. e de participar desta Comissão.

Ao mesmo tempo, gostaria de dizer ao Dagoberto que é um prazer, mais uma vez, estar ao seu lado. Eu não sabia que ele estava aqui, mas quando passei, bati no ombro dele e disse: Estou aqui. É um grande amigo, durante estes anos que estivemos convivendo juntos nos colegiados, como no DETRAN, na Secretaria de Segurança Pública, no Parlamento e agora aqui, na Câmara Federal.

Gostaria também de dizer aos colegas da satisfação, mais uma vez, de estar aqui. Chego para somar, para contribuir. Digo da minha disposição de trabalhar para que a gente tenha mais ética na política, mais ética nas nossas ações. Acho que daqui a gente pode dar o exemplo para todo o Brasil.

Em tempo, Sr. Presidente, gostaria de sugerir, em função da ausência de um colega, José Eduardo Cardoso, que faz parte de meu partido, e manifestar o seu desejo de trabalhar na coordenação dessas propostas de alteração de nosso Código de Ética. Acho que é um companheiro que merece, que se tem destacado pelo seu passado, pela sua experiência na Casa. É minha primeira sugestão que deixo à Casa. E agradeço a todos os colegas a acolhida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado.

Srs. Deputados, a Ordem do Dia já começou. Vamos encerrar a nossa reunião. Os senhores serão convocados para as reuniões desse primeiro processo desta legislatura, cujo representado é o Deputado Mário de Oliveira.

Está encerrada a reunião.